



Aos que sonham o sonho da Saúde do Trabalhador

EDITORIAL*

Nós somos sonhadores.

Sonhadores da saúde do trabalhador.

Sonhadores da dignidade no trabalho.

E, portanto, nossa profissão é sonhar.

Os que são contra os nossos sonhos dizem:

eles passarão e os sonhos acabarão.

Mas nós, os sonhadores, dizemos a eles: NÃO!

Outros virão. O sonho da vida digna não acaba.

O sonho do trabalho digno não acaba.

*O sonho pode até ficar encolhido num canto qualquer da
história humana. Mas ele não acaba.*

*De tempos em tempos eles vasculharão os cantos
escondidos das casas da indignação.*

*E se surpreenderão quando virem que
os sonhos continuam lá.*

Ainda que estejam cobertos de poeira e teias de aranha.

*Mas nós já somos a poeira que se espalha,
de tempos em tempos.*

Nós já somos as teias que se enredam de tempos em tempos.

*E de tempos em tempos estaremos
por aqui, por aí, acolá, enfim.*

Não vamos deixar de sonhar.

O sonho do trabalho digno é a nossa razão de ser.

Transformar sonhos em possibilidades concretas de mudança é um rico exercício de vida, profissão de fé. Mas, é preciso sempre reafirmar que a saúde do trabalhador tem muitos defensores. A rigor, ninguém em sã consciência, é a favor de que trabalhadores adoçam e morram trabalhando. Patrões, capitalistas e liberais convictos incluem-se naqueles que não são a favor da morte no trabalho. Contudo, isso é uma grande balela. Não são a favor, mas a promovem. Isso é o que se chama, na boca miúda, conversa p'ra boi dormir. Os trabalhadores adoecem e morrem porque existe alguém que mantém as condições e a organização do trabalho capazes de provocar essa tragédia. Ou seja, patrões, capitalistas e liberais convictos são os agentes promotores da catástrofe.

**Fórum Intersindical: se a utopia nos faz caminhar,
caminhando estamos sempre mais perto**

Nesta edição

Editorial – Aos que sonham o sonho da ST	1
Entrevista – Sílvia Albertini	2–4
Artigo do mês – Cintia Telles Nichele	5–6
Perfil Sindical – A crise do sindicalismo...	7–8
Trabalhadores Anônimos – Cantos de Trabalho	9
Informes	10

Mas, essa turma genocida, apesar da retórica, não está sozinha. Afinal, eles defendem o que todos os que defendem a saúde do trabalhador defendem: que trabalhadores não adoçam e morram. Sua retórica vazia é garantida pelo aparelho do Estado brasileiro. E, pior, por omissão ou por ineficácia da missão, a tragédia é mantida com o olhar opaco de muitos dos agentes públicos que também defendem a saúde do trabalhador e que nesse campo atuam. Ainda que sejam muito poucos, diante da imensidão dos problemas, será que esses agentes públicos, da ordem de dezenas de milhares, no âmbito do SUS e em outras instâncias, são *sonhadores da saúde do trabalhador*? Paira uma cruel dúvida. Sonhar por uma causa é se sobrepor à realidade. Transformar a realidade. E não se transforma a realidade apenas com a oratória da defesa da causa. É preciso incorporar a causa em sua alma, para que as palavras ganhem consistência sincera. Defender a causa é o princípio, mas vivê-la é o meio para chegar à apoteose do sonho: mudar a realidade. Não é por acaso que muitos dos que defendem a saúde do trabalhador abandonam a causa, falta-lhes a missão como um sonho. Também não é por acaso que outros tantos continuam na posição de agentes públicos da saúde do trabalhador e se perpetuam em suas mesas burocráticas, distanciados dos trabalhadores, dos sindicatos, dos movimentos sociais e sem a lama da morte no trabalho em seus sapatos: não sonham com isso. Tantos, também, que dos muros da ciência defendem a saúde dos trabalhadores sem nunca ter visto e dado a mão a algum deles em estado de sofrimento, mesmo quando escrevem artigos científicos sobre o seu sofrimento. Até mesmo os sindicatos que defendem a causa da saúde do trabalhador, colocam a luta por ela no fim da fila de suas reivindicações. São defensores: é o bom começo. Mas é preciso mais que isso, é preciso ser guerreiro da causa: militante, porta-voz, companheiro, camarada, cúmplice. Alguns dizem que os tempos de confrontação dos direitos humanos, anunciados pelos que hoje ocupam o aparelho de Estado, serão tempos sombrios para as causas sociais, onde a saúde do trabalhador se insere com muito protagonismo, em virtude da dimensão da tragédia. Mas, tempos sombrios são propícios para que a luz, ainda que tênue, ilumine a cena. Antes, quando os tempos não eram sombrios, nas últimas quase três décadas, a saúde do trabalhador esteve na escuridão. Assumir a causa nesses tempos é acreditar que qualquer pequeno facho de luz será capaz de demonstrar que vale a pena sonhar. ■ ■ ■

*Os editoriais do Boletim expressam a opinião da coordenação do Fórum Intersindical e nem sempre a de todos os participantes. A cada reunião ordinária, os editoriais são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.

A fala da Saúde do Trabalhador

Silvia Albertini

Silvia Eufenia Albertini é graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Saúde de Londrina (PR), especialista em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz) e mestre em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP). Após uma longa jornada de militância política junto aos movimentos sociais e de trabalhadores, Silvia abraçou a causa da saúde dos trabalhadores e, hoje, é uma guerreira da causa no Paraná e assídua participante da luta nacional. A seguir, por suas próprias palavras, conhecemos um pouco de sua luta e de algumas das represálias que sofreu por sua intransigente defesa dos direitos humanos. Silvia com a palavra.



Em 1980, aos 18 anos, saí da minha terra natal, Lupionópolis, no Paraná, a cerca de 100 km de Londrina (PR) para estudar serviço social. Entrei na Faculdade em 1981, considerada a “década perdida” por alguns autores, em virtude do modelo implantado no Brasil pelos militares após 1964, marcada por crises, recessão econômica e desemprego. Em contrapartida, houve expansão dos movimentos sociais, que lutavam pela democratização do país, por eleições diretas, criação das centrais sindicais, do Partido dos Trabalhadores e de entidades nacionais de movimentos populares, bem como o surgimento de inúmeros movimentos sociais abrangendo diferentes temáticas e problemáticas. É nesse contexto político que ocorre minha formação em serviço social (1981-1985), período do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que buscava superar as práticas tradicionais do Serviço Social e aproximação com a teoria do materialismo histórico dialético. Foi no campo de estágio que tive o privilégio de conhecer e vivenciar uma prática profissional crítica e junto com os movimentos populares. Era uma área de loteamentos de moradias populares na cidade de Londrina, campo de estágio coordenado por dois padres e uma assistente social supervisora de estágio.

Os padres adotavam a teologia da libertação na prática religiosa e tinham uma grande inserção junto aos movimentos populares, nas lutas por transporte e regularização dos loteamentos clandestinos, entre outros. Essa experiência me possibilitou entender as contradições da sociedade capitalista e como ocorre a dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora, bem como o papel do Estado enquanto ordem jurídica atuando na defesa dos interesses privados. No período de 1985 a 1987, já como assistente social, participei da direção da Associação Nacional Pró-Federação dos Assistentes Sociais - ANAS, entidade que teve uma grande importância na organização política dos assistentes sociais, na luta por direitos sociais, trabalhistas e outras lutas mais gerais da classe trabalhadora, em conjunto com a Central Única dos Trabalhadores.

Essa experiência me possibilitou entender as contradições da sociedade capitalista e como ocorre a dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora, bem como o papel do Estado enquanto ordem jurídica atuando na defesa dos interesses privados.

Nesse mesmo período participei da direção da CUT-Norte no município de Londrina. Na década de '90 participei da direção do Partido dos Trabalhadores e também fui dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Estado do Paraná. Em 1986 fui trabalhar na Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel (PR), período de transição do modelo contributivo, privatista (INAMPS) para o Sistema Único de Saúde. Nesse período, o município havia aderido ao Programa das Ações Integradas de Saúde, conhecido como AIS e considerado uma estratégia para o êxito da Reforma Sanitária Brasileira. Naquela época havia 15 Unidades de Saúde, cada uma tinha uma equipe de profissionais que atuavam na atenção básica: pediatra, clínico geral, ginecologista, enfermeira, auxiliar de enfermagem, dentista, assistente social, auxiliar de serviço social e de serviços gerais.

Silvia Albertini

A atuação se dava de forma interdisciplinar com reuniões frequentes proporcionando a troca de saberes entre os profissionais. A organização dos serviços de saúde no município abrangia todas as faixas etárias, desde o recém-nascido até a população idosa como foco na atenção integral à saúde. O Serviço Social tinha como objetivo estabelecer alianças com entidades da sociedade civil na busca da universalização de direitos. Em 1988 um grupo de profissionais da secretaria de saúde do município se reunia para discutir as condições e processos de trabalho e resolvemos agendar uma audiência com o prefeito para reivindicar reajuste salarial e após essa negociação ocorreu minha demissão por justa causa. Antes da Constituição Federal, a liberdade de organização política dos sindicatos era proibida, não tínhamos estabilidade. Na época ocorria a campanha política eleitoral para a prefeitura de Cascavel. Como eu havia sido demitida fui convidada pelo Partido dos Trabalhadores para ser candidata a vereadora, aceitei e denunciemos o autoritarismo do Prefeito e o uso da máquina pública a seu favor. Não fui eleita, mas após as eleições e com a aprovação da Constituição Federal dando poderes de organização dos servidores públicos criamos o Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Cascavel. Após três anos da minha demissão ganhei ação de reintegração, no período em que eu já estava na Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, atuando como assistente social na Regional de Saúde no município de Campo Mourão, ficando lá até 1991. No período de 1991 a 1994 atuei como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Paraná e foi nesse período que participei de um movimento muito importante: o da defesa da saúde pública no município de Curitiba e no Paraná que foi o Fórum Popular de Saúde – FOPS.

O FOPS foi tema de minha dissertação de mestrado onde registrei a trajetória histórica desse movimento social que se constituiu num espaço de luta na defesa da saúde pública e na construção da democratização da política de saúde em Curitiba e no estado, no período 1991/2001. Participei ativamente desse Fórum e do Conselho Municipal de Saúde de Curitiba fiscalizando e cobrando a implantação do SUS no município. No corrente ano de 2018, retomamos as reuniões do FOPS, em virtude do cenário de terceirizações, transferência da gestão de unidades de saúde para organizações sociais, precarização das relações de trabalho e a necessidade de repolitizar o tema da saúde pública nos espaços de controle social do SUS, em Curitiba, para garantir a implementação dos princípios e diretrizes do SUS, como preconizados na Lei 8080/90.

No corrente ano (2018) fui indicada pelo Conselho Regional de Serviço Social [CRESS] para representá-lo na Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador [CIST] e no Conselho Municipal de Saúde. Após comparecer a três reuniões, em setembro o CRESS recebeu ofício do Secretário de Estado da Saúde do Paraná impedindo minha participação nos referidos espaços de controle social, bem como sofreu falta e desconto no salário por ter ido na reunião do conselho.

Vivemos em períodos difíceis, retrocessos nos espaços que deveriam ser democráticos, cerceiam a participação de conselheiros que se posicionam contra a forma de gestão da política de saúde em curso no município. Esses espaços que deveriam ser democráticos são dominados por uma cultura política do autoritarismo, do faz de conta que existe democracia e participação popular na condução da política de saúde. Avalio que os espaços de controle social: conferências, comissões e conselhos estão enfraquecidos seja pelo esvaziamento de entidades do movimento sindical e popular nesses espaços, como também pela cooptação da gestão dos representantes de usuários e de algumas entidades de trabalhadores de saúde. Concordo com Sposati e Lobo no texto sobre Controle Social e Políticas de Saúde onde afirmam que, no Brasil, o estilo político tradicional é de resolver as situações caso a caso, de preferência no interior dos gabinetes, e não de forma clara, global, transparente e pública. Assim, a efetiva universalização da saúde e, nela, a equidade de resultados, são alguns dos grandes desafios que exigem muita luta democrática da sociedade.

...espaços que deveriam ser democráticos são dominados por uma cultura política do autoritarismo, do faz de conta que existe democracia e participação popular na condução da política de saúde.

Minha aproximação com a saúde do trabalhador deu-se depois de atuar desde 1989 em vários setores da SESA-PR. Em 2008 aceitei o convite de uma colega que trabalhava no Centro Estadual de Saúde do Trabalhador [CEST] para nele atuar. Ressalto a importante contribuição da Nanci Ferreira Pinto na elaboração da política de saúde do trabalhador (ST) do Paraná e das muitas ações realizadas no campo da vigilância e formação em ST. Pela minha militância na saúde pública, nos sindicatos e movimentos sociais não foi nada difícil me apaixonar pela ST. Em 2008, quando cheguei no CEST fui envolvida na organização das Oficinas de Planejamento de Ações para a prevenção de acidentes de trabalho nas Macro Regionais de Saúde do Estado.

Silvia Albertini

A proposta era envolver todos os atores relacionados à saúde do trabalhador da região onde acontecia a oficina para planejamento de ações visando a eliminação/redução de acidentes de trabalho. A oficina tinha como objetivos: apresentar o Comitê Estadual de Investigação de Óbitos e Amputações relacionados ao trabalho [CEIOART], discutir o perfil epidemiológico dos municípios da Regional de Saúde, propor medidas para eliminação/redução dos acidentes de trabalho e organizar o comitê regional. O CEIOART, criado em 1997, estabelece uma rede estadual de vigilância de acidentes graves e fatais relacionados ao trabalho, identifica as causas dos acidentes e estabelece estratégias coletivas para a redução dos acidentes graves e fatais no Paraná. Participam do Comitê: entidades governamentais do SUS (SMS; VISAT; SES e CEST); Ministério Público do Trabalho e Estadual e sindicatos de trabalhadores. Nos primeiros 10 anos de existência contamos com a participação da Universidade Federal do Paraná e maior participação dos sindicatos de trabalhadores. Sua coordenação é composta por representação do CEST, MPT e sindicato dos trabalhadores. Desde 2008 assumi a assessoria do CEIOART e há 6 anos faço parte da coordenação colegiada. De 2008 a 2010 foram realizadas 17 oficinas e criados 5 Comitês Regionais. Em 2018, o CEIOART completou 21 anos e no dia 10 de agosto realizamos o II Encontro dos comitês regionais e contamos com a participação do Renato Bonfatti (CESTEH/ENSP/Fiocruz), Ildeberto Muniz (UNESP) e José Marçal Jackson (Fundacentro-SP), que reafirmaram a importância dos Fóruns e Comitês como espaços de articulação com os movimentos sociais, academia e gestão de serviços de ST para promover a área. Um momento importante da minha formação foi a participação em 2009 do projeto de formação em ST para o Paraná, por iniciativa da técnica Nanci Ferreira Pinto. A oficina teve a assessoria dos professores Carlos Minayo (Fiocruz) e Francisco Lacaz (UNIFESP) e a participação dos CEREST do Estado, 5 Universidades, Escola de Saúde Pública, Polos Regionais de Educação Permanente, entidades do controle social e o Sindsaúde-PR. O resultado foi a construção coletiva das diretrizes para formação e pesquisa em ST no Paraná. Em 2013 coordenei junto com colegas do CEST um curso básico em ST para todos os técnicos responsáveis pela ST dos 399 municípios do Paraná por videoconferência e momentos presenciais. Incorporamos como rotina a realização de cursos básicos sempre que novos servidores são contratados para compor as equipes dos CEREST. Tive, também, a oportunidade de coordenar no Paraná o curso de Formação de Agentes de Controle Social na área da ST, em convênio com a ENSP/Fiocruz, coordenado pelo professor Carlos Minayo, em 2010/2011. O curso, aprovado na CIST, teve 3 turmas no Paraná: Cascavel; Londrina; e Centro, Litoral, Curitiba e Região Metropolitana. Já naquela época apontávamos a atuação frágil do movimento sindical nos espaços de controle social, conselhos de saúde, CIST e CEIOART.

Um momento muito rico, principalmente pela troca de experiências e conhecimentos com professores que há anos atuam na ST, foi minha participação do processo de formação para ser tutora do curso de especialização de ST do CESTE/ENSP, no Rio de Janeiro, em 2016. A função de tutora me proporcionou maior conhecimento na área e experiência em curso de ensino à distância. Estabeleci um bom contato com meus alunos, através da plataforma e outros meios de comunicação, embora avalie que o curso presencial tem maior potencialidade de aprendizagem e troca de conhecimento. Em 2012, a Oficina Macro Sul da RENAST, em Camboriú (SC), com técnicos da ST dos estados do Sul, e assessoria de Carlos Minayo e Jorge Machado, foi fundamental para a definição de projetos comuns dos três estados, desencadeando vários encontros de estudo, diagnóstico e planejamento dos ramos prioritários: frigoríficos, trabalho rural e postos de combustíveis. Fruto desses projetos, no Paraná, decorrem várias iniciativas, como grupos de trabalho e planos de vigilância. Atualmente, sempre que sou convidada para falar sobre ST, questiono o que estamos fazendo para reduzir os agravos do trabalho. Há décadas repetimos o mesmo discurso, como por exemplo: nos últimos 10 anos no Paraná morre um trabalhador por dia.

O que temos que fazer para mudar essa realidade? Vivemos um momento muito difícil. Os dois últimos anos do governo golpista de Temer foram muito prejudiciais para a classe trabalhadora com medidas como a reforma trabalhista que retirou direitos consagrados na CLT, a Emenda Constitucional do teto de gastos que congela investimentos na saúde e educação por 20 anos e demais medidas. A eleição do Bolsonaro vai na direção de intensificar políticas neoliberais e criar condições para a rentabilidade dos negócios presididos pela lógica da apropriação e da concentração de riqueza com o agravamento da questão social. As consequências desse modelo perverso atingirão ainda mais os trabalhadores, aumentando o número de acidentes e doenças do trabalho, com um SUS fragilizado, recursos escassos, menos pessoal para realizar as ações de vigilância e com a possibilidade de extinção do Ministério do Trabalho, o trabalhador ficará mais desassistido pelas políticas públicas. A tarefa principal dos movimentos sindicais e populares é retomar o trabalho de base, reorganizar-se, fazer formação política, discutir que tipo de Estado queremos. Nossa missão é lutar para barrar a destruição dos direitos sociais conquistados com muita luta e sangue derramado por muitos trabalhadores do nosso país. ■ ■ ■

artigo
do mês

Fim do Ministério do Trabalho: amputação que fará o Brasil olhar para trás

Cintia Telles Nichele*

Há exatos 140 anos, Friedrich Nietzsche, publicou um livro intitulado “Humano, demasiado humano”, em que abordava criticamente diversos temas como amor, política e relações sociais. O tema trabalho não podia faltar em sua análise reflexiva, porque se há algo demasiadamente humano é sem dúvida o trabalho. Marx^[2] já nos ensinava essa lição ao comparar o trabalho do homem às atividades das aranhas na tecelagem de suas teias e das abelhas na construção das colmeias. O homem, antes mesmo de iniciar a execução do trabalho, consegue antever em sua mente o seu resultado e isso diferencia *“o trabalho de uma forma que ele diz respeito unicamente ao homem”* [2, p. 327]. Ficamos implicados com essas questões ao recebermos a notícia de que o presidente eleito teria confirmado o fim do Ministério do Trabalho^[3]. Uma das principais frentes de atuação deste Ministério no Brasil nos últimos anos tem sido na fiscalização, principalmente no combate ao trabalho escravo. Os dados mostram que essas operações já vinham perdendo força, mas parece que a extinção da pasta ministerial trabalhista praticamente as anularia. Em 2007, o Ministério do Trabalho chegou a registrar 5.999 resgates de trabalhadores na condição de escravos. Dez anos depois, o número caiu para 341. Esses dados seriam recebidos com satisfação, caso a diminuição das libertações perpetradas tivesse ocorrido pelo fato de se ter cada vez menos trabalhadores escravizados no país. No entanto, o próprio Ministério esclareceu que a redução se deu em virtude de corte orçamentário que prejudicou as atividades rotineiras de fiscalização, o que impactou diretamente no combate ao trabalho escravo^[4]. Em 2016, estimou-se que o Brasil teria quase 370 mil escravos modernos^[5].

Todos os homens se dividem, em todos os tempos e também hoje, em escravos e livres; pois aquele que não tem dois terços do dia para si é escravo, não importa o que seja.^[1] Friedrich Nietzsche

Ao confrontarmos esse número com os 885 resgates feitos pelo Ministério do Trabalho nesse mesmo ano, percebemos que apenas 0,2% dos escravos brasileiros foram libertados, permanecendo os outros 99,8% sob as amarras e o jugo, que têm por cúmplice um Estado que finge não ver ou, pior, que deliberadamente não quer ver. Esses números seriam ainda mais alarmantes, caso o parâmetro brasileiro para aferição da escravidão fosse o proposto por Nietzsche^[1]. Quantos trabalhadores veem os seus dois terços de hora furtados diariamente pelos seus empregadores, sem poder ter sua escravidão reconhecida nem nas mais criteriosas fiscalizações? Na legislação brasileira, para que o trabalho seja enquadrado como análogo a escravo é preciso que haja (em conjunto ou isoladamente) trabalho forçado, submissão a jornada exaustiva, sujeição a condições degradantes, restrição de locomoção por quaisquer razões, vigilância ostensiva do empregador, e/ou posse dos documentos para retê-lo ao local de trabalho. Portanto, o conceito de trabalho análogo a escravo não está alargado. Pelo contrário, para caracterizá-lo é preciso que as condições sejam de fato subumanas e isso torna os números ainda mais estarrecedores. Como, então, ficará esse panorama caso o fim do Ministério do Trabalho de fato aconteça? O que pode ser feito para mitigar os prejuízos do fim desta pasta?

Quantos trabalhadores veem os seus dois terços de hora furtados diariamente pelos seus empregadores, sem poder ter sua escravidão reconhecida nem nas mais criteriosas fiscalizações?

continua



Mais do que nunca, urge ao Ministério da Saúde, via SUS, assumir a sua missão constitucional relativa às ações de saúde do trabalhador. Sabemos que a vigilância em saúde do trabalhador (Visat) deve ser uma política prioritária, porque é capaz de atuar na causa e auxiliar na prevenção dos agravos aos trabalhadores. Talvez, uma das razões pela qual o constituinte alocou a saúde do trabalhador no âmbito do SUS (além da razão evidente de que saúde do trabalhador é assunto de saúde) tenha sido a capacidade de capilarização de suas ações, uma vez que o sistema de saúde é descentralizado e regionalizado, se fazendo presente em todos os municípios brasileiros, o que não ocorre no âmbito do trabalho, que conta com uma estrutura federalizada. A ação da Visat pode representar hoje uma das poucas esperanças dos trabalhadores brasileiros, os quais se veem na iminência de perder o apoio fiscalizatório do Ministério do Trabalho. O Ministério da Saúde, pelo menos por enquanto, permanece intocado. Portanto é fundamental que invista na Visat a fim de que o cenário não se torne mais caótico. O conflito de atribuições existente entre esses dois Ministérios para saber de quem seria a competência para a vigilância dos trabalhadores nunca teve como objetivo retirar a atuação do Ministério do Trabalho, mas sim garantir que a saúde também pudesse imprimir o seu olhar. Afinal, para que a visão seja perfeita, é preciso contar com a atuação conjunta de ambos os olhos.

Deste modo, esperávamos que se consolidassem as práticas de fiscalização no trabalho a partir de dois olhares: um olho da área do trabalho, para verificar questões formais mais afetas ao contrato de trabalho e às normas legais, e o outro, da área da saúde, para analisar o processo de trabalho como um todo, a partir da experiência dos próprios trabalhadores para examinar a sua influência na situação de saúde / doença dos mesmos. A perda de quaisquer desses olhos causará a cegueira parcial do cenário a que está inserido o trabalhador brasileiro, deixando o país caolho. Assim, para que a visão não fique plenamente prejudicada, urge ao SUS implementar efetivamente a Visat e garantir que pelo menos um dos olhos consiga enxergar adequadamente. Portanto, até que o globo ocular do Ministério do Trabalho nos seja de fato amputado, seguiremos na sua defesa. Sabemos que ele anda míope, mas ainda assim é preciso preservá-lo. O olho míope pode voltar a ver perfeitamente com o auxílio de uma lente ou mesmo de uma intervenção cirúrgica. Já a perda ocular torna a cegueira irreversível. Não vamos deixar que essa *enucleação* - extirpação do globo ocular - aconteça. Pelo contrário, vamos tornar essa resistência o *núcleo* de nossa ação e impedir que o olhar sobre a conjuntura reste enviesado de tal maneira que passe a olhar para trás. ■ ■ ■

***Cíntia Telles Nichele é advogada e mestranda em saúde pública da ENSP/Fiocruz**

Referências Bibliográficas

- [1] Nietzsche, F. **Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres**. São Paulo: Companhia de bolso, 2015, aforismo 283.
- [2] Marx, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I Crítica da Economia Política. Boitempo, 2013.
- [3] Casado, L. Jair Bolsonaro confirma extinção do Ministério do Trabalho. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07. nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/11/bolsonaro-confirma-extincao-do-ministerio-do-trabalho.shtml>>. Acesso em: 10. nov. 2018.
- [4] V., C.; Reis, T. Número de operações contra trabalho escravo cai 23,5% em 1 ano; total de resgatados é o menor desde 1998. **G1**, 17. jan. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/n-de-operacoes-contratrabalho-escravo-cai-235-em-1-ano-total-de-resgatados-e-o-menor-desde-1998.ghtml>>. Acesso em: 10. nov. 2018.
- [5] Deutsche Welle. Índice Global de Escravidão 2018: Brasil tem quase 370 mil escravos modernos, diz relatório. **Carta Capital**, 20. jul. 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/com-370-mil-escravos-modernos-brasil-lidera-ranking-na-america-latina>>. Acesso em: 10. nov. 2018.

NOTA dos EDITORES

A produção acadêmica de textos, ditos científicos, não é acessível ao cidadão ‘comum’. Os milhares e milhares de textos produzidos e armazenados em revistas científicas, todos os anos, são lidos apenas entre os pares, ou seja, entre os mesmos que os escrevem. Ficam armazenados nas estantes de uma ‘ciência’ hermética, discriminatória e descolada da sociedade que, para ser conhecida do público, tem que ser traduzida nos jornais, revistas ‘leigas’, boletins, televisão, blogs, vídeos da internet, no boca-a-boca. No caso da saúde do trabalhador, essa situação é mais grave, pois o que se escreve sobre o tema deveria ter como alvo principal de divulgação, ora pois, os trabalhadores! Não é o que ocorre. Revistas ‘científicas’ que tratam da saúde do trabalhador não são “para o bico” dos trabalhadores comuns. E, cada vez mais, são cada vez menos “para o bico” dos próprios pesquisadores da saúde do trabalhador. São muitos os obstáculos para que nós, acadêmicos, professores, militantes, profissionais da saúde do trabalhador consigamos publicar em revistas ‘científicas’. Os julgadores dos textos são rigorosos, cujo rigor, guardado pelo anonimato, é de credibilidade duvidosa. Querem mudar conteúdo, questionar opiniões, mudar o método, mexer na alma do que está escrito. Além disso, revistas ‘científicas’ cada vez mais cobram para publicar, exigem tradução para o inglês, levam meses e até anos para dar respostas se aceitam ou não o artigo que parece ser tido como uma ameaça para uma estética científica de caráter dúbio e que não está preocupada em massificar e democratizar o conhecimento produzido. É com este espírito de resistência que a seção de artigos do Boletim do Fórum Intersindical pretende ser um espaço aberto e democrático de reflexão e difusão de conhecimentos. Mande seu texto. Participe! ■ ■ ■

A crise do sindicalismo e o sindicalismo na crise: reflexões sobre a atuação do Fórum Intersindical

Luciene Aguiar / Luiz Carlos Fadel / Renato Bonfatti
Coordenação do Fórum Intersindical

Crise é uma palavra que serve a diversos propósitos. A crise do crescimento pela qual todos nós passamos é muito diferente do estado crítico de um doente terminal, pelo qual muitos de nós passaremos. Crise é uma situação que denota desequilíbrio, algo fora do lugar habitual, e que tende a ser superada, por quem a sofre. Assim é a crise amorosa, financeira, existencial, por doença, todas de caráter mais pessoal, e a crise política, econômica, de valores, da saúde pública, todas de caráter mais geral, mais impessoal. Seja qual for a sua razão, sempre viveremos, ou nós mesmos, ou as pessoas que fazem parte de nossas vidas, em ciclos de crise. Superar a crise é sempre motivo de júbilo, espécie de vitória, mas, como enfrentar outra crise é inevitável, o sentimento pode até ser de tristeza, mas não de derrota. Sentir-se derrotado na crise é sentir-se derrotado na vida, seja pessoal ou política. Então, se faz parte de nossas vidas administrar crises, sobreviver sabendo administrá-las é a arte do tentar viver melhor. Nós, do Fórum Intersindical, não fugimos à regra da crise atual. Podemos estar tristes, mas não derrotados. E se há uma crise do sindicalismo, o que pensar do sindicalismo na crise? Palavras já formuladas na letra da lei, caso da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização, e palavras já anunciadas na conjuntura atual, a serem, provavelmente, normatizadas, impõem um novo momento de crise, aguda, grave, profunda, ao sindicalismo brasileiro. Mas é bom que se reafirme que o momento de crise é novo, mas a crise é antiga. O sindicalismo brasileiro está em crise de há muito. As razões são múltiplas e, desde que se inauguraram os primeiros sindicatos no país, a história registra que suas trajetórias foram sendo construídas de crise em crise. E vamos considerar que, hoje, após as reformas e com a crônica anunciada do novo governo de mais reformas que suprimem direitos, resta-nos dois sentimentos: o de resistirmos à crise para sobrevivermos a ela; e o de pensarmos qual a melhor maneira de fazermos isso. Pois bem, em 1964, o Brasil tinha perto de 2.500 sindicatos de trabalhadores, somando assalariados urbanos e rurais. Um ano depois da Constituição Federal (1989), havia mais de 6.600 sindicatos. Em 2001 já eram 7.700 (Cardoso, 2015). Finalmente, em 2015, existiam 10.763 sindicatos de trabalhadores (DIEESE, 2017).

Considerando o crescimento da massa trabalhadora sindicalizável, a crise atual não foi por escassez. Adalberto Cardoso observa: *“Esses números poderiam sugerir pujança do movimento sindical brasileiro, já que mais sindicatos significariam, em tese, inclusão de mais trabalhadores às bases representadas, maior cobertura da negociação coletiva, maior penetração no território nacional etc. Mas não parece ser esse o caso. O ritmo intenso de criação de sindicatos depois de 1988 parece ter significado, de fato, maior fragmentação da representação sindical e, ao que tudo indica, perda de capacidade de atração de adeptos. Isso porque os sindicatos existentes em 2001 declararam filiar 19 milhões de pessoas ao censo do IBGE, enquanto em 2014 o número declarado de filiados ao Ministério do Trabalho e Emprego foi de pouco mais de 8 milhões”* (Cardoso, 2015, p. 494-495). Além dessa fragmentação e perda de capacidade de atrair adeptos, inúmeras hipóteses sobre a crise atual podem ser pensadas, isoladamente ou combinadas. Embora o sindicalismo dos trabalhadores brasileiros seja extremamente heterogêneo, algumas questões são encontradas aqui e acolá no sindicalismo em geral: adesão a partidos políticos com baixa autonomia de ação sindical; fragmentação partidária intra-sindical; afastamento das bases pelo status do dirigismo; recursos financeiros utilizados para atividades não direcionadas à adesão sindical; ocupação de cargos no aparelho de Estado, por parte de dirigentes sindicais, com baixo desempenho no

debate sobre mercado de trabalho e direito trabalhista; divergências na representação de categorias comuns de trabalhadores, com fragmentação por atividade ocupacional e território; ausência de formação continuada de quadros na base, como política sindical prioritária; negociações coletivas com baixa capacidade e qualificação no enfrentamento e na inovação; filiação às centrais sindicais conflitiva e desagregadora; frágil capacidade de interlocução jurídica ampla; baixa articulação parlamentar pluri e suprapartidária; dirigentes sindicais eleitos sem vinculação orgânica com as bases; ausência quase que completa de articulação com movimentos sociais por direitos humanos de diversos matizes; e, entre outras, mínima capacidade de priorizar a saúde do trabalhador (ST) na agenda de lutas, capazes de obter adesões extra-sindicais. Em relação a essas diversas hipóteses vamos focalizar nossa discussão nas duas últimas: a ausência de articulação com movimentos sociais por direitos humanos de diversos matizes e a mínima capacidade de priorizar a ST na agenda de lutas. Quanto à primeira, observamos, hoje, as lutas incansáveis e, muitas vezes, solitárias e incompreendidas, de inúmeros grupos populacionais excluídos, injustiçados, perseguidos, violentados, invisibilizados, discriminados e outros adjetivos que só o “guarda-chuva” dos direitos humanos cobre.



O objetivo deste texto não alcança a dimensão do elenco desses grupos. São mulheres trabalhadoras violentadas e assassinadas cotidianamente por homens trabalhadores; mulheres e homens negros discriminados no trabalho; lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros trabalhadores discriminados e igualmente violentados; pessoas com deficiência, trabalhadoras ou querendo trabalhar, sem acesso, oportunidade, solidariedade; trabalhadores que professam a fé de religiões de matriz afro, sem bancada e sem TV, sofrendo cotidianamente as perseguições em nome sabe-se lá de quê; trabalhadores atingidos por catástrofes ambientais, provocadas ou planejadas, expulsos de seus lugares ou neles prestes a morrer; portadores de doenças provocadas pelo trabalho, como os do amianto, da LER-DORT, do benzeno, do mercúrio, da sílica, dos agrotóxicos, do assédio moral... Todos deveriam ser bem-vindos à Grande Ceia do Sindicalismo na Crise.

Só para ficar num exemplo, as mulheres são expressão mínima de presença no dirigismo sindical. Segundo o Dieese², na última pesquisa (2015), dos 198 mil dirigentes sindicais, no Brasil, somente 18% eram mulheres (49% homens e 33% sem informação). Uma pergunta que deve pairar na cabeça dos que repudiam e se indignam da violência contra a mulher é: por que não se veem movimentos sociais de homens contra isso? Só as mulheres se organizam para tentar conter o feminicídio? Pois, se todas essas mulheres são trabalhadoras, sobra violência e falta movimento sindical para se contrapor a isso. Resta ao sindicalismo na crise repensar novas estratégias de luta, organização, alianças, mudanças de enfoques e atitudes no campo político dos direitos humanos em geral.

Em relação à segunda hipótese - incapacidade de situar a ST como prioridade da agenda sindical de lutas -, sabemos que os primeiros direitos trabalhistas foram motivados pela questão da saúde nas fábricas. Ainda não havia sindicatos organizados, estávamos no início dos anos 1800³, mas, assim que os sindicatos começaram a surgir no decorrer do século 19, as lutas na Europa concentravam-se, principalmente, nas questões de saúde e de direitos em geral, inclusive de direitos políticos e humanos. Pois, a questão da ST foi, pouco a pouco, perdendo o seu protagonismo na esfera do conflito capital-trabalho, dando lugar às lutas por salários. É compreensível o foco mais monetarista da luta sindical, pois no cerne do conflito capital-trabalho o salário pago ou não pago (mais-valia) é a essência da exploração capitalista. Assim, desenvolveu-se secularmente a reparação monetária da perda da saúde (compensação - direito previdenciário) e a monetização do risco (insalubridade - direito trabalhista). Todavia, a perda do referencial da ST como prioridade da luta sindical foi um tiro no pé do movimento sindical, em geral. Além da desfiliação maciça dos trabalhadores aos

sindicatos, hoje agravada pela precarização extensiva e gradual do trabalho, que cria exércitos de trabalhadores sem retaguarda sindical protetiva, ocorre hoje o que podemos chamar de epidemia do trabalho enfermo. Trabalhadores adoecem cada vez mais, tornam-se dependentes de drogas lícitas ou não, cada vez mais, suicidam-se cada vez mais, sofrem e fazem sofrer, cada vez mais. Se a ST não é, hoje, a prioridade número 1 (um) do mundo do trabalho, fica difícil compreender qual seria essa prioridade. Até porque a desregulamentação do trabalho vem achatando a massa salarial há décadas, a despeito de pequenos períodos de recuperação, insuficientes para elevar o padrão de vida das massas trabalhadoras. E qual o papel do Fórum Intersindical (FIS) nesse contexto do sindicalismo na crise?

Enquanto espaço de reflexão e formação, a coordenação do FIS submete às centenas de trabalhadores, em sua maioria sindicalistas, que vêm há três anos produzindo conhecimentos e atitudes solidárias, algumas propostas para serem examinadas, debatidas e, por fim, alinhavadas como um compromisso de fazeres para os próximos anos que nos aguardam. Seguem: (1) Fortalecimento ou criação de setores de saúde dos sindicatos; (2) Qualificação em ST dos setores jurídicos dos sindicatos; (3) Acordos coletivos, com foco mais incisivo e inovador na ST; (4) Formação ampliada e continuada em ST, para dirigentes e para a base; (5) Criação de Bancos de Dados nos sindicatos sistematizados e publicizados sobre adocimento, morte, absenteísmo etc. de suas bases; (6) Ocupação maciça das Comissões Intersectoriais de Saúde do Trabalhador (CIST), onde existam; (7) Articulação pluri e suprapartidária nas três esferas parlamentares propondo Frentes Parlamentares e Audiências Públicas permanentes; (8) Proposição de inquéritos civis públicos permanentemente ao Ministério Público Federal; (9) Interpelação rotineira das esferas de ST do SUS (Cerest); (10) Acionamento permanente dos diversos órgãos de imprensa sobre o problema da ST; (11) Criação de instrumentos articulados sobre ST nas redes sociais; (12) Articulação de Frentes Sindicais de ST; (13) Aproximação sistemática com os principais movimentos sociais, em especial de mulheres, negros, LGBTT, atingidos do trabalho e pessoas com deficiência; (14) Diversificação de atividades sindicais junto aos órgãos públicos de ensino e pesquisa. O Fórum Intersindical é uma construção coletiva. Enquanto continuar sendo, estará cumprindo sua missão. ■ ■ ■

Referências Bibliográficas

- Cardoso, AM. Dimensões da Crise do Sindicalismo Brasileiro. *Cad. CRH* [online]. 2015, vol.28, n.75 2018-11-18], pp.493-510. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4972015000300493&lng=en&nrm=iso
- DIEESE. Anuário dos Trabalhadores: 2016. 12 ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2017. 479 p. <https://www.dieese.org.br/anuario/2017/anuariodosTrabalhadores.pdf>
- Vasconcellos LCF, Oliveira MHB [org]. Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam; 2011. www.multiplicadoresdevisat.com

A beleza e a dor dos cantos de trabalho

Trabalhadores Anônimos

*Dando Visibilidade às
Identidades Sociais*

Trabalhadores anônimos constroem nossas vidas. Sem o trabalho daqueles que sequer conhecemos, nunca os vimos, nunca os veremos e, tantas vezes, os desprezamos quando alguém diz lá “trabalhadores têm direitos!”, não estaríamos onde estamos, não seríamos o que somos. Pois são dos trabalhadores anônimos, os cantos quase desconhecidos que muitas vezes acompanham seu labor diário e entoam seu prazer e sua dor em produzir a riqueza que nunca usufruirão. Cantando espantam seus fantasmas e invocam os anjos que os protegem. O Fórum Intersindical registra aqui seu respeito com todos os trabalhadores-artistas anônimos que criam, além do produto que sai de seu suor, a trilha sonora da dignidade e da beleza do trabalho.

Os cantos de trabalho são uma tradição que acompanhou a construção da identidade brasileira no exercício do trabalho coletivo. Presentes, principalmente, no interior do Brasil, marcados pela musicalidade indígena e africana, os cantos de trabalho simbolizam a voz unificada de trabalhadores submetidos aos mesmos esforços e ritmos de um trabalho coletivo, exaustivo e repetitivo. Além de ser um mecanismo atenuador do sofrimento, especialmente pelas longas jornadas de trabalho, o canto de trabalho é, também, uma celebração à vida e ao prazer de trabalhar para viver com alguma alegria. Fala-se, nos cânticos, além da atividade de trabalho em si, da família, dos amores, da religião, da natureza, da história das pessoas e sempre é um exercício de solidariedade entre iguais no sofrimento e no prazer. E solidariedade é uma palavra hoje em falta “no mercado”.

Em geral, os movimentos de trabalho são sincronizados com o canto e, muitas vezes, os próprios instrumentos de trabalho servem como instrumentos de percussão, como as enxadas no documentário MUTIRÃO de Leon Hirszman, de 1975. Veja e ouça o trecho das enxadas cantantes em https://www.youtube.com/watch?v=F02HS_jkArY.

Cozinhar, roçar, lavar, semear, colher, pescar, puxar, limpar, peneirar, construir, carregar, amassar, triturar, costurar, consertar são muitos dos inúmeros verbos que compõem a trilha musical dos cantos solidários de trabalho.

Veja o ‘Canto de Pilão’, ‘Canto de Socar a Terra’, ‘Canto de Barqueiro’ e ‘Canto de Pedra’, nas BRASILIANAS: CANTOS DE TRABALHO, de Humberto Mauro, de 1955, em <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/cantos-trabalho-cultural-nacional.htm>.

Clementina de Jesus gravou cinco cantos de trabalho, faixa do disco CLEMENTINA DE JESUS - CONVIVADO ESPECIAL: CARLOS CACHAÇA, de 1976. Veja em <https://www.youtube.com/watch?v=WpPmln6uOS0>

Valorizar os cantos de trabalho é uma prova de amor ao nosso país, à nossa cultura, aos nossos trabalhadores e é, sobretudo, reconhecer que os trabalhadores anônimos, além de possibilitarem nossas vidas, são capazes de nos dar uma lição de embelezamento da vida, ainda que ela seja sofrida. Veja os cantos abaixo:

- CANA DE AÇÚCAR - Leon Hirszman, 1976, Feira de Santana (BA) <https://www.youtube.com/watch?v=gere-exKMyE>
- QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU - Antonio Garcia Couto, 2016, Paraty (RJ) <https://www.youtube.com/watch?v=TzjlxCT4hjk>
- OS CANTOS DAS CASAS DE FARINHA - Alice Rocha, 2016, Alagoas <https://www.youtube.com/watch?v=0sf3scddDWE>
- BAHIA SINGULAR E PLURAL - José Estevez, 2012, TVE Bahia <https://www.youtube.com/watch?v=00AoVe3RlZy>
- PUXADA DE REDE - Glauber Rocha (trecho do filme Barravento), 1962 <https://www.youtube.com/watch?v=wwafGWnYL8A>

Sites consultados:

- <http://www.terrabrasileira.com.br/folclore2/j04-trabal.html>
- <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/cantos-trabalho-cultural-nacional.htm>
- http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/fef9716e-5246-4c12-bf72-0f25e630ac69/catalogo+Sonora+Brasil_Cantos+Oficios.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_T0=href&CACHEID=fef9716e-5246-4c12-bf72-0f25e630ac69
- <https://www.youtube.com/watch?v=oeOYmNTEeY>
- <file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/10062-Texto%20do%20artigo-27854-1-10-20160831.pdf>

Fórum Intersindical – espaço coletivo de construção de saberes

A invisibilidade social dos trabalhadores é patente. Seu adoecimento e sua morte ao produzirem os bens e os produtos de consumo que movem a sociedade e a vida, em si mesma, não constam da embalagem. Não está no rótulo do que comemos e usamos que, para chegar em nossas mãos, adoeceram ‘x’ trabalhadoras, morreram ‘y’ trabalhadores. A doença e a morte rondam o trabalho. Mas não as vemos. Então, o problema é o trabalho? Claro que não! Sem o trabalho não há vida, não moraríamos, não vestiríamos, não comeríamos, enfim, não seríamos o que somos. E se a invisibilidade da relação saúde-trabalho é evidente com os trabalhadores que têm uma inserção social mais visível, com os trabalhadores anônimos a situação é ainda pior. Trazer à tona suas identidades sociais é o propósito desta coluna do Boletim Informativo. Contribua com ela. ■ ■ ■

INFORMES

Marielle
PRESENTE



Os assassinos ainda estão ausentes,
mas Marielle está presente

PRÓXIMA REUNIÃO do FÓRUM INTERSINDICAL

Dia 30/11/2018 - 6ª feira
09 às 13:00h

Oficina temática

O Papel do CESTEJH [Centro de Estudos de Saúde do
Trabalhador e Ecologia Humana] no acolhimento e
estabelecimento de nexos causais, com

Antônio Sergio Fonseca

Coord. do ambulatório do CESTEJH/ENSP

Av. Brasil, 4036, sala 901, Manguinhos
Rio de Janeiro - RJ - Fone: (21) 3882-9222/9223

Defender a
Saúde
do
Trabalhador
é digno!

ATENÇÃO

Aulas do V Curso de Formação Intersindical
30/11/2018 - DIHS/ENSP

09 às 13:00h

Fórum Intersindical - Oficina Temática:
O papel do CESTEJH no acolhimento e
estabelecimento de nexos causais
ANTONIO SERGIO FONSECA

13:30 às 15:00h

Encerramento, avaliação e planejamento
Coordenação do Curso

Reunião do Fórum Intersindical em 26/10/2018
Oficina Temática: REABILITAÇÃO DO INSS: a quantas anda?
Samantha Oliveti & Luciene Vasques (no destaque)



Foto: Marcel Caldas

Acompanhe a participação do Fórum Intersindical/RJ no

I Congresso Internacional Saúde, Segurança e
Direitos do Trabalhador e

IV Encontro Nacional de Saúde dos Trabalhadores
PUC-SP – CAMPUS PERDIZES dias 22 a 24/11/2018.

Mesa 1 - MESA TEMÁTICA: Proteção ao trabalho x proteção ao trabalhador: a lógica das
políticas oficiais da SST. (22/11 - 9h às 12h) - auditório 239.

Profª Ms. Juliana Monteiro, doutoranda PUC.SP

Prof. Dr. Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos FIOCRUZ

Prof. Dr. Ernesto Gradella ADIMAP

Dr. Herval Pina Ribeiro IEP



Fórum Acidentes de Trabalho - 67º Encontro Presencial

5 de dezembro de 2018: 10 anos do Fórum AT e 45 anos da RBDO!

Lançamento do dossiê RBDO Intervenção em Saúde do Trabalhador

Local: Auditório da Fundacentro - Rua Capote Valente 710

Pinheiros (SP) (próximo ao Metrô Clínicas) - 9:00 às 12:30 horas

Programa:

9:00h - Sobre a Intervenção no campo da Saúde do Trabalhador

José Marçal (RBDO/Fundacentro), Augusto Pina, Kátia Reis, Rodolfo Vilela

9:20h - Vigilância em ST: decálogo para uma tomada de posição

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos [ENSP/Fiocruz]

10:00h - Pesquisa-intervenção participativa com trabalhadores da manutenção

de Universidade Pública - Leny Sato [Instituto de Psicologia/USP]

11:00h - Modalidades de intervenção e os desafios do Laboratório de Mudanças

Rodolfo AG Vilela [FSP/USP] Coordenação: Katia Reis [CESTEJH/Fiocruz]

11:40h - Debate do tema e das apresentações

Coordenação: Augusto Pina [CESTEJH/Fiocruz]

12:30h - Encerramento e comemorações

**CONTINUAM ABERTAS as INSCRIÇÕES para o
BOLETIM ESPECIAL de FOTOGRAFIAS sobre
SAÚDE do TRABALHADOR.**

Veja as instruções em nosso site

www.multiplicadoresdevisat.com

Já pode ir tirando suas fotos!!

Fórum Intersindical - Democracia
participativa pela saúde no trabalho

ATENÇÃO!

Se você tem interesse em escrever um texto sobre
saúde do trabalhador para a nossa seção artigo do
mês entre no blog e veja como proceder:

www.multiplicadoresdevisat.com

Acompanhe a AGENDA de reuniões de 2018 da CISTT
COMISSÃO INTERSETORIAL de
SAÚDE do TRABALHADOR e da TRABALHADORA
pelo Blog

www.multiplicadoresdevisat.com

*Fórum Intersindical
Razão de ser: Pessoas*

Coordenação:

Luciene Aguiar (doutoranda ENSP/FIOCRUZ)

Renato José Bonfatti (CESTEJH/ENSP/FIOCRUZ)

Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos (DIHS/ENSP/FIOCRUZ)

Fórum Intersindical de Formação em Saúde-Trabalho-Direito
para a Ação em Saúde do Trabalhador

Av. Brasil, 4036, sala 905, Manguinhos - CEP: 21.040-361

Rio de Janeiro - RJ - Telefone: (21) 3882-9222/9223

forumintersindical@gmail.com

Venha para o Fórum Intersindical - Acompanhe nosso Boletim Informativo